



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

Senhores Acionistas, A Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. A Companhia Paulista de Securitização-CPSEC é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de Setembro de 2009. A CPSEC é vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. Em 27 de julho de 2010, a CPSEC obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM o registro como Emissor de Valores Mobiliários, na categoria B, na forma da instrução CVM nº 480/09. Desde então presta regularmente todas as informações e cumpre com as obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. A Companhia finalizou no exercício de 2011 as versões dos instrumentos jurídicos necessários à cessão pelo Estado à CPSEC dos fluxos financeiros objeto de parcelamento administrativo ou judiciais do PPI - Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS, dentre os quais os contratos de promessa de cessão de direitos creditórios e de cessão fiduciária, e a escritura da debênture com garantia real. Complementarmente, cumpriu todas as fases previstas para 2011 relativas à implantação dos sistemas de controles necessários à gestão dos fluxos financeiros

que serão objeto da cessão. Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu a solicitação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, de reprogramar a execução da operação de securitização para o exercício de 2012. Nesse sentido, foram aprovadas em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 23/2/2012, a oportunidade de emissão e as condicionantes da distribuição pública da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, de Emissão da Companhia Paulista de Securitização, bem como o aumento do limite do capital autorizado para R\$335.000.000 (trezentos e trinta e cinco milhões de reais). Essas autorizações permitiram à Companhia formalizar os demais documentos relevantes à execução da oferta pública das debêntures com garantia real, e a expectativa da Administração é de que o processo de distribuição pública seja encerrado no segundo trimestre de 2012. Estas demonstrações serão apresentadas à CVM-Comissão de Valores Mobiliários em atendimento aos dispositivos da instrução CVM nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante das Demonstrações Financeiras e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Desta forma, a CPSEC anuncia seus resultados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Os valores estão expressos em R\$, e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. A Companhia apresentou prejuízo de R\$1.238.763 em 2011 em decorrência de seu caráter pré-operacional, conforme destacado nas Notas Explicativas. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela CPSEC para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2011, serviços não relacionados à auditoria externa.

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 - (Valores expressos em reais R\$)

Ativo	Nota Explic.	2011		2010	
Circulante		1.198.731	406.673		
Caixa e equivalente de caixa		1.198.731	406.673		
Banco	5	275	15.559		
Aplicação financeira	5	1.198.456	391.114		
Não Circulante		866.400	814.272		
Realizável a longo prazo		841.888	814.272		
Outros créditos		841.888	814.272		
Tributos a compensar e recuperar		41.888	14.272		
Adiantamento a terceiros	6	800.000	800.000		
Imobilizado	7	24.512	-		
Bens móveis		11.335	-		
Outras imobilizações		14.510	-		
(-) Depreciação acumulada		(1.333)	-		
Total do Ativo		2.065.131	1.220.945		

Passivo	Nota Explic.	2011		2010	
Circulante		228.346	145.397		
Provisão para pagamentos a efetuar	8	30.297	26.436		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9	188.049	95.968		
Fornecedores	10	10.000	22.993		
Patrimônio Líquido	11	1.836.785	1.075.548		
Capital integralizado		4.000.000	2.000.000		
Prejuízos acumulados		(2.163.215)	(924.452)		
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.065.131	1.220.945		

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31/12/2011 e de 2010 - (Valores expressos em reais R\$)

	2011		2010	
Despesas Operacionais		(1.377.251)		(920.884)
Despesas Operacionais Administrativas				
Despesas administrativas		(1.377.118)		(920.188)
Despesas com pessoal		(714.830)		(471.627)
Encargos Sociais e Obrigações		(334.056)		(188.934)
Serviços Técnicos Especializados		(250.623)		(143.577)
Anúncios e publicações		(57.977)		(98.300)
Outras despesas operacionais		(19.632)		(17.750)
Despesas Financeiras		(133)		(696)
Receitas Financeiras		138.488		76.317
Receita de Aplicações Financeiras		138.488		76.317
Prejuízo do Exercício		(1.238.763)		(844.567)
Prejuízo por Ação do Capital Social (Básico e Diluído)		(36,01)		(51,95)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido p/ os Exercícios Findos em 31/12/2011 e de 2010 (Valores expressos em reais R\$)

	Nota Explic.	Capital Integralizado		Prejuízos acum.	Total
		subscrito	a realizar		
Saldos 31/12/09		1.000.000	(800.000)	(79.885)	120.115
Integral. de cap.	11	1.000.000	800.000		1.800.000
Prej. líq. do exerc.		-	-	(844.567)	(844.567)
Saldos 31/12/10		2.000.000	-	(924.452)	1.075.548
Integral. de cap.	11	2.000.000	-	-	2.000.000
Prej. líq. do exerc.		-	-	(1.238.763)	(1.238.763)
Saldos 31/12/11		4.000.000	-	(2.163.215)	1.836.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa p/os Exercícios Findos em 31/12/2011 e de 2010 (Valores expressos em reais R\$)

	Nota Explic.	2011		2010	
Fluxos de Caixa de Ativid. Operac.					
Prejuízo Líquido do Exercício		(1.238.763)	(844.567)		
Depreciação		1.333	-		
Prejuízo líquido ajustado (Acrésc.)/(Decréc.) do ativo circ.+RLP		(1.237.430)	(844.567)		
Tributos a compensar e recuperar		(27.616)	(14.272)		
Total (acréc.)/(decréc.) do at.irc.+RLP		(27.616)	(14.272)		
Acrécimo/(Decréc.) do pas.circ.+RLP		(12.993)	22.993		
Fornecedores		95.942	42.519		
Contas a Pagar		82.949	65.512		
Total Acréc./.(decréc.) do pas.circ.+ELP		(1.182.097)	(793.327)		
Caixa Líq. Aplicado nas Ativid. Operac.					
Fluxos de Caixa de Ativid. de Invest.					
Aquisição de imobilizado		(25.845)	-		
Caixa líq. aplicado nas ativid. de invest.		(25.845)	-		
Fluxos de Caixa de Ativid. de Financ.					
Integralização de capital	11	2.000.000	1.800.000		
Adiantamentos a terceiros	6	-	(800.000)		
Caixa líq. oriundo das ativid. de financ.		2.000.000	1.000.000		
Aumento Líq. de Caixa e Equiv. de Caixa		792.058	206.673		
Caixa e Equiv. de Caixa Início do Exerc.	5	406.673	200.000		
Caixa e Equiv. de Caixa Final do Exerc.	5	1.198.731	406.673		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado p/os Exercícios Findos em 31/12/2011 e de 2010 (Valores expressos em reais R\$)

	2011		2010	
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Serviços prestados por terceiros		(316.546)		(256.731)
Valor Adicionado Bruto		(316.546)		(256.731)
Retenções		(1.333)		-
Depreciação		(1.333)		-
Valor Adicionado Líq. Adquirido pela Cia.		(317.879)		(256.731)
Valor Adicionado Recebido em Transferência		138.488		76.317
Receita financeira		138.488		76.317
Valor Adicionado Total a Distribuir		(179.391)		(180.414)
Distribuição do Valor Adicionado		(179.391)		(180.414)
Pessoal e encargos		847.585		543.752
Remuneração		803.355		519.151
FGTS		44.230		24.601
Impostos, Taxas e Contribuições		211.654		119.705
Federais		211.654		119.705
Remuneração de Capitais de Terceiros		133		696
Despesa financeira		133		696
Prejuízo do Exercício		(1.238.763)		(844.567)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação-%		Custo corrigido		Depreciação acumulada		Total
Instalações	10	11.335	(429)	10.906			
Software	5	7.950	(795)	7.155			
Benefit. em imóv. de terceiro	25	6.560	(109)	6.451			
Total		25.845	(1.333)	24.512			

Saldo em 31/12/2010

Adições - 25.845

Depreciação - (1.333)

Saldo em 31/12/2011 - 24.512

8. Provisão para Pagamentos a Efetuar-Referem-se às provisões para pagamentos a efetuar de serviços de terceiros.

9. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias-A Companhia remunera mensalmente diretores, conselheiros de administração e conselheiros fiscais, e provisiona os valores relativos à gratificação anual e licença remunerada, conforme disposições internas.

10. Fornecedores-Refere-se a despesas a pagar a empresa terceirizada, contratada para efetuar os registros contábeis da Companhia, bem como outros serviços prestados adquiridos no curso normal das atividades.

11. Patrimônio Líquido-a) Capital social-Em 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito e integralizado era de R\$4.000.000 (R\$ 2.000.000,00 em 2010) em moeda corrente nacional, representado por 40.000 (20.000 em 2010) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 11 de fevereiro de 2010, a Companhia aprovou, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital de R\$1.000.000 em moeda corrente nacional, equivalentes a 10.000 ações, cuja integralização do capital, pelo Estado de São Paulo, foi efetuada em 1 de abril de 2010. Em 9 de abril de 2010, a Companhia aprovou, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital de R\$1.000.000 em moeda corrente nacional, equivalentes a 60.000 ações. Em 30 de abril de 2010, a Companhia aprovou, mediante deliberação do Conselho de Administração e Extraordinária, o aumento do capital autorizado para R\$12.000.000 em moeda corrente nacional, equivalentes a 120.000 ações. Em 15 de julho de 2010, a Companhia aprovou, mediante deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social autorizado para R\$73.000.000 em moeda corrente nacional, representado por 730.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 13 de abril de 2011, a Companhia aprovou mediante deliberação do Conselho de Administração, respectivamente, o aumento de capital de R\$ 2.000.000 em moeda corrente nacional, equivalentes a 20.000 ações, cuja integralização do capital, pelo Estado de São Paulo, foi efetuada em 7 de abril de 2011. Em 31 de Dezembro de 2011, o capital autorizado é de R\$ 73.000.000 em moeda corrente nacional, estando representado por 730.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

b) Reserva de lucros-A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c) Dividendos-O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória à distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

12. Instrumentos Financeiros-a) Considerações gerais-A Compa-

... continua

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras p/ os Exercícios Findos em 31/12/2011 e de 2010 (Valores expressos em R\$)

1. Contexto Operacional-A Companhia Paulista de Securitização é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de Setembro de 2009. A CPSEC é vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. Em 27 de julho de 2010, a CPSEC obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o registro como Emissor de Valores Mobiliários, na categoria B, na forma da instrução CVM nº 480/09. Desde então presta regularmente todas as informações e cumpre com as obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. A Companhia finalizou as minutas dos instrumentos jurídicos necessários para a cessão pelo Estado à CPSEC dos fluxos financeiros objeto de parcelamento administrativo ou judiciais do PPI - Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS, dentre os quais o contrato de promessa de cessão de direitos creditórios, bem como o contrato de repasses destes recursos à CPSEC. Complementarmente, cumpriu todas as fases previstas de implantação dos sistemas de controles necessários à gestão da carteira dos fluxos financeiros objeto da cessão.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras-As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos pronunciamentos e orientações técnicas emitidos pelo CPC, com vigência a partir de 2010, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os pronunciamentos do CPC estão sendo adotados integralmente e sem ressalvas nestas demonstrações financeiras. Demonstração do valor adicionado-Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis. A aprovação para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 19 de março de 2012.

3. Práticas Contábeis-As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração de resultado-As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. b) Caixa e equivalente de caixa-São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicação financeira de liquidez imediata. c) Ativo circulante-São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. d) Ativo realizável a longo prazo - outros ativos não circulantes-Conforme estabelece o pronunciamento técnico CPC 08 em seu capítulo contabilização temporária dos custos de transação de captação de recursos, o valor de R\$ 800.000 (oitocentos mil reais) foi registrado como adiantamento de custeio para emissão futura de debêntures. e) Imobilizado-O ativo imobilizado de uso próprio é composto por softwares, móveis e utensílios, e por benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios da CPSEC, demonstrado ao custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada. f) Passivo circulante-São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. g) Moeda funcional A moeda funcional para a preparação e a apresentação das demonstrações financeiras é o real. h) Resultado por ação básico e diluído-É calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não existiam instrumentos emitidos pela Companhia com potencial de diluição. 4. Adoção de Normas Internacionais de Contabilidade Novas e Revistas-A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Modificações à IFRS 1 Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da IFRS 7 para Adotantes Iniciais Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º/7/2010

Modificações à IFRS 1 Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das IFRSs Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º/7/2011

Modificações à IFRS 7 Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º/7/2011

IFRS 9 Instrumentos Financeiros Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º/1/2013

Modificações à IAS 12 Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos Subjacentes Quando o Ativo É Mensurado pelo Modelo de Valor Justo da IAS 407 Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º/1/2012

Modificações à IAS 32 Classificação de Direitos Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º/2/2010

Modificações à IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º/1/2011

IAS 24 o IASB emitiu uma revisão da norma a qual trata da divulgação de transação com partes relacionadas e relacionamentos entre controladoras e controladas. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º/1/2011

IFRS 10, 11 e 12; 27R e IAS 28R Normas novas ou revisadas - tratamento contábil de consolidação, envolvimento em acordos conjuntos e divulgação de envolvimento com outras entidades Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º/1/2013

IFRS 13 Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º/1/2013

IAS 1 A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º/7/2012

IAS 19 A alteração da norma IAS 19 aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º/1/2013

Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

5. Caixa e Equivalente de Caixa

2011-R\$ 2010-R\$

Bancos 275 15.559

Aplicações interfinanceiras de liquidez (*) 1.198.456 391.114

Total 1.198.731 406.673

(*) Refere-se à aplicação em fundo de investimento-BB referenciado DI CP Corporativo 600 Mil, cujas cotas estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador. De acordo com o Decreto nº 55.357 de 18 de Janeiro de 2010, a Companhia

nhia mantém instrumentos financeiros contabilizados no ativo, assim como em contas a pagar (fornecedores), cujos valores justos não são significativamente diferentes daqueles contabilizados. **b) Valor justo**-Disponibilidades e contas a pagar a curto prazo: Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo destes instrumentos. **13. Instrumentos Financeiros Derivativos**-A Companhia não possui política para efetuar aplicações em instrumentos financeiros derivativos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. **14. Remuneração dos Administradores**-A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) deliberou através do parecer nº 194/2011 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) estabelece ainda uma Gratificação Anual, pro rata temporis, no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano. Os membros da Diretoria e do Conselho de Administração farão jus ao prêmio eventual conforme disposto no parecer CODEC nº 150/2005. Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2011-R\$	2010-R\$
Honorários da diretoria e conselho	43.529	35.390
Salários	5.827	-
Férias	5.756	-
Licença remunerada	19.800	7.811
Total de despesas	74.912	43.201
INSS a recolher	58.225	22.111
FGTS a recolher	13.333	4.868
IRRF a recolher	41.579	25.788
Total a pagar	188.049	95.968

São Paulo, 22 de março de 2012

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização – CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado,

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Paulista de Securitização
São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**-A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes**-Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, con-

15. Partes Relacionadas-Controlador-O Diretor Administrativo-Financeiro e de Relação com Investidores da Companhia acumula a função de Diretor da Companhia Paulista de Parcerias, também vinculada à Secretaria da Fazenda, empresa esta acionista com 2,5% do Capital Social da Companhia Paulista de Securitização. A Companhia é administrada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, órgão este de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não apresentava saldos com partes relacionadas (controlador). **16. Provisões para Riscos**-Não há litígio em andamento ou riscos que necessitem de provisão contábil. **17. Gerenciamento de Riscos e Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo**-Considerando o estágio atual de suas operações, a Administração entende que a companhia está exposta a riscos de taxa de juros e mercado, tendo em vista que possui aplicações financeiras em fundo referenciado DI, dessa forma a redução das taxas de juros no mercado pode acarretar redução de suas receitas financeiras. Para atender exclusivamente à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, em 31/12/2011, a Administração da Companhia estimou os seguintes efeitos decorrentes da redução da taxa de juros no valor justo:

	Cenário			
	2011	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI 10,30%	CDI 7,73%	CDI 5,15%
Aplic. financ. de liquidez imed.	1.198.456	1.321.897	1.291.097	1.260.176
		Premissas		
	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)	
CDI		Redução de 25% s/taxa provável	Redução de 50% s/taxa provável	

i. No cenário provável, a Companhia apresentaria uma exposição líquida ativa de até R\$ 1.321.897, resultante de estimativas futuras de CDI. Nos cenários possível e remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável, as estimativas gerariam uma redução de ativos líquida

Parecer do Conselho Fiscal

das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 20 de março

Relatório dos Auditores Independentes

duzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

de R\$30.800 e R\$61.721, respectivamente, em comparação ao cenário provável. ii. Cenário Possível: Premissa considerada pela Administração com deterioração de 25% na variável de risco (redução de 25% na taxa de juros). iii. Cenário Remoto: Premissa considerada pela Administração com deterioração de 50% na variável de risco (redução de 50% na taxa de juros). **18. Eventos Subsequentes**-Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 23/2/2012, foram aprovados: **a)** A oportunidade de emissão e as condicionantes da distribuição pública da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, de Emissão da Companhia Paulista de Securitização. **b)** Aumento do limite do capital autorizado para R\$335.000.000 (trezentos e trinta e cinco milhões de reais) em moeda corrente nacional, representado por 3.350.000 (três milhões, trezentos e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; Em conformidade com essas deliberações e em cumprimento ao objeto social da Companhia, foram celebrados os instrumentos jurídicos que permitem a emissão e distribuição pública das debêntures, incluindo a assinatura do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e outras avenças ("Contrato de Cessão") entre a CPSEC e o Estado de São Paulo, com expectativa de encerramento do processo de distribuição no segundo trimestre de 2012.

Conselho de Administração	
Andrea Sandro Calabi	
Phillippe Vedolim Duchateau	
Jorge Luiz Avila da Silva	
Diretoria	
Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente	
Max Freddy Fraendorf - Diretor de Gestão Corporativa	
Tomás Bruginski de Paula Dir. Administ. Financ. e de Rel. com Investid.	
Contador	
Renato Vieira Pita - CRC nº 1SP 215.876/O-8 - CPF 280.830.348-35	

de 2012, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

Pedro Pereira Benvenuto
Marcio Cury Abumussi
Caio Augusto de Oliveira Casella

opinião. **Opinião**-Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Paulista de Securitização em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board-IASB. **Outros assuntos-Demonstração do valor adicionado**-Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Barbosa da Silva Junior
Contador
CRC nº 1 SP 128.132/O-0